

# 15

## **O povoamento do Vale do Paraíba Fluminense e a fundação do município de Barra Mansa**

**André Rocha Carneiro**

Doutorando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); especialista em História do Brasil e licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: arc8136@ig.com.br

## Resumo

Este trabalho visa analisar a formação propriamente dita da região do Vale do Paraíba Fluminense ocidental, hoje conhecida como Médio Paraíba. Esta análise parte da construção das estradas que tinham por objetivo ligar o litoral fluminense à produção aurífera das Minas Gerais e a abertura das novas estradas a partir da política joanina como forma de abastecer a Corte do Rio de Janeiro. Foi a partir da construção dessas estradas que se formaram os primeiros núcleos populacionais dessa região. Também se analisa, mais detidamente, a formação do município de Barra Mansa.

Palavras-chave: Povoamento. Vale do Paraíba Fluminense. Município de Barra Mansa.

## Abstract

This work aims to analyze the training itself in the Vale do Paraíba Fluminense Western, now known as Eastern Paraíba. This analysis of the construction of roads which aimed to connect the coast to Rio gold production of Minas Gerais and the opening of new roads from the Johannine policy as a way to supply the Court of Rio de Janeiro. Was based on the construction of these roads that formed the first settlements in this region. Also, more detail, analyzes the formation of Barra Mansa.

Keywords: Settlement. Fluminense Paraíba Valley. Municipality of Barra Mansa.

## Introdução

Barra Mansa tem este nome devido ao manso rio que deságua no rio Paraíba do Sul, mais ou menos a 1.200 metros a sudeste da igreja matriz atual. Suas origens, bem como o povoamento do Vale do Paraíba Fluminense, remontam aos caminhos abertos entre a cidade do Rio de Janeiro e as Minas Gerais, por motivo da exploração de ouro nesta região, bem como pela necessidade de abrir uma comunicação terrestre entre a cidade do Rio de Janeiro e a capitania de São Paulo.

## As primeiras incursões na região do Vale Fluminense

Fatores importantes para entendermos o processo de ocupação do Vale do Paraíba Fluminense são as estradas, construídas inicialmente para dar acesso à exploração do ouro nas Minas Gerais, bem como a política de construção de estradas de D. João VI.

A região do Vale do Paraíba começou a ser ocupada pelos bandeirantes que rumavam para o interior em busca de indígenas para serem escravizados e do tão ambicionado ouro. Entretanto, essa ocupação ganhou maior força a partir dos caminhos que foram abertos no sentido de fazer a comunicação entre o litoral e a região das Minas Gerais após a descoberta do ouro, em fins do século XVII. O primeiro desses caminhos foi o chamado Caminho Velho, aberto a partir de trilhas já utilizadas pelos indígenas guaianazes. Passando pela atual cidade de Cunha-SP, atingia-se o rio Paraíba do Sul, encontrando a rota dos bandeirantes paulistas, em Guaratinguetá. Seguia-se até Baependi, Carrancas, São João Del Rey e São José Del Rey (Tiradentes), até Vila Rica (Ouro Preto).

Com o objetivo de encurtar a distância entre o litoral e o sertão, a Coroa Portuguesa mandou construir nova estrada, que seria conhecida então por Caminho Novo. Essa tarefa foi encomendada a Garcia Rodrigues Paes, filho do bandeirante Fernão Dias Paes e teve início em 1698, sendo concluída em 1704. Ligava a cidade do Rio de Janeiro, mais protegida que os portos de Angra dos Reis e Paraty, que até então

recebiam o ouro das Gerais, à Vila Rica e São João Del Rey. Chegou a encurtar o caminho para a comarca do Rio das Mortes, centro abastecedor do Rio, de 95 para 25 dias de viagem.

O desbravamento da região começou a ocorrer na década de 1720, com a abertura de um caminho que interligasse as capitanias do Rio de Janeiro e de São Paulo, para que o transporte do ouro, que vinha de Mato Grosso, não se fizesse por mar, correndo o perigo de ataques dos piratas. Atendendo ao pedido do então governador da capitania de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel, o Rei D. João V mandou o governador da capitania do Rio de Janeiro, Luiz Vahia de Mendonça, que fizesse a requerida estrada. Para ajudar na construção e povoação da região pela qual passava a estrada, Vahia de Mendonça distribuiu sesmarias no local. Esta estrada, aberta em 1725, passou também a concentrar o escoamento da produção sul mineira e a paulista, principalmente do gado provindo do Sul. Este caminho passava por Santa Cruz, Itaguaí e São João Marcos; a seguir, prosseguia, entrando na Província de São Paulo por Bananal e, posteriormente, Areias, chegando ao encontro com o antigo Caminho Velho em Cachoeira Paulista (*Estrada Real de Santa Cruz*). Outras ainda foram aparecendo como a estrada que ligava a Baixada Fluminense a Barra Mansa e Resende, região de produção pecuária que abastecia o Rio de Janeiro (*Estrada Real das Boiadas*) e outra que ligava Mangaratiba a São João Marcos, seguindo para Barra Mansa e Resende (*Estrada de São João Marcos*), dentre outras trilhas marginais ilegais abertas para encurtar caminho ou fugir da ação dos Registros e Passagens, que cobravam impostos sobre mercadorias. Desde 1733 havia lei proibindo a abertura de estradas para combater o contrabando de metais preciosos (LENHARO, 1993).

Com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil revogou-se a legislação proibidora (LAMEGO, 1963) e novas estradas começaram a ser construídas, com o principal objetivo de facilitar o abastecimento da Corte. A Estrada do Comércio foi construída entre 1813 e 1817 pela Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação do Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos, daí o nome Comércio e teve a participação de Ignácio José de Souza Werneck em sua construção, um dos fundadores de Valença. Essa estrada partia do Porto de Iguaçu, na Baixada, subindo a Serra do Mar, até atingir as margens do Rio Paraíba do Sul e tinha por objetivo escoar a produção do sul de Minas e do oeste fluminense para a Corte. A Estrada da Polícia tinha como objetivo ligar o Rio de Janeiro ao sul da província de Minas Gerais, passando pelo Vale

do Paraíba. Foi aberta a partir de 1817, pelo Intendente de Polícia do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Vianna, uma das mais proeminentes figuras da Corte de D. João VI, e teve a participação de Custódio Ferreira Leite, um dos fundadores de Barra Mansa, em sua construção. Começava no Rio Pavuna e seguia até iniciar a subida da Serra do Mar, passava próximo à Tinguá, depois Vassouras, Valença até atingir a Vila do Presídio de Rio Preto.

Enfim, foi essa rede de estradas que possibilitou, em grande parte, a ocupação populacional da região do Vale do Paraíba Fluminense, que se deu a partir da formação de ranchos, estalagens e vendas que tinham como objetivo atender viajantes, tropeiros e aventureiros que transitavam por ela, como se verá adiante.

## **O povoamento**

Até a descoberta do ouro em Minas Gerais, vigorava no Brasil aquela máxima de Frei Vicente do Salvador, quando dizia que os colonizadores permaneciam arranhando o litoral como caranguejos (MATTOS, 1994). As estradas, então, permitiram maior povoamento e ocupação ao interior do país, como também ao Vale do Paraíba.

O Vale do Paraíba era primitivamente ocupado pelos índios Puris e Coroados (REIS, 1992). Os caminhos do ouro (Velho e Novo) eram os meios de comunicação que levavam os produtos dos portos do Rio para as Minas Gerais e traziam daí o ouro. Quando da crise da mineração, no século XVIII, o movimento inverteu-se, começando a descer gêneros alimentícios para o Rio. O movimento de emigração das populações das regiões mineradoras em decadência favoreceu a ocupação das áreas virgens entre Minas e o litoral, especialmente o Vale do Paraíba. Outro movimento vinha de São Paulo, também em decorrência da decadência da mineração e invadiria territórios que pertenciam ao Rio, como ocorreu com a fundação de Vila Nova de Lorena, em 1788 (PRADO JR, 1994). Inicialmente, as terras às margens dessas estradas passaram a ser ocupadas por posseiros, como também por sesmeiros, que expulsavam os indígenas, pois, a “indolência” e os “costumes bárbaros” eram as justificativas para se apossar das terras silvícolas, sendo que as doenças adquiridas com os brancos e os assassinatos provocaram sua devastação.

Aliás, o extermínio desses índios já vinha se processando anteriormente, a partir da abertura dos caminhos para a região das minas. Era inadmissível, nos padrões de pensamento da cultura branca europeia da época (sendo até hoje), a existência de homens que não se mostravam preocupados em acumular excedentes. A “indolência” e os “costumes bárbaros” eram (e são) utilizados como justificativas para se apossar das terras indígenas. Segundo relatos de contemporâneos, as doenças adquiridas no contato com os brancos provocaram uma grande devastação entre eles e complementaram os assassinatos premeditados, com a chancela oficial (NEVES e MACHADO, 1999, p. 145).

Havia também conflitos entre sesmeiros e posseiros. Segundo o viajante francês Saint Hilaire, que passou pela região em 1822, os pobres se estabeleciam em terrenos até então sem dono e, depois de construir sua pequena roça, eram expulsos por aqueles que se apresentavam com os títulos de propriedade e aproveitavam os frutos de seu trabalho (SAINT-HILAIRE, 1998 e COSTA, 1998). Os posseiros não tinham condições de adquirir uma sesmaria. Seus trâmites e formalidades eram de difícil acesso para quem não tinha amigos na Corte e a despesa de expediente custava entre 300 a 400 mil réis, valor elevado para as pessoas mais simplórias (MACHADO, 1993). Além disso, exigia-se a apresentação dos títulos no prazo de seis meses, a demarcação das terras em dois anos e a exploração agropecuária em 3 anos, tudo por conta do sesmeiro. As disputas judiciais eram constantes, sendo que a influência sobre o poder político local favorecia aos grandes proprietários que, inclusive, usavam do expediente da força, destruindo casas e roças com a ajuda de seus jagunços. A respeito desses conflitos, o professor Ilmar de Mattos invoca o depoimento de João Caldas Viana, presidente da província do Rio de Janeiro, em 1843, que relata que as divisas das terras somente eram “firmadas e respeitadas por armas de fogo”, o que envolvia conflitos tanto entre sesmeiros e posseiros, como entre os próprios proprietários regulares, que se apossavam das terras desocupadas, “Não obstante, na primeira metade do século passado, a área por onde ocorre a expansão cafeeira é o local por excelência desses conflitos, sobretudo por se constituir numa área de ‘fronteira aberta’, isto é, de estrutura fundiária ainda não definida, até mesmo em termos jurídicos”(MATTOS, 1994).

Ainda no período anterior à expansão cafeeira na região, esses povoadores já criavam roças, vendas, ranchos e pastagens para abastecer as tropas de mulas, como também para fornecer estalagem e alimentação para os tropeiros e viajantes. Segundo Caio Prado Jr., o consumo do milho pelos animais era tão volumoso e tão lucrativo que os fornecedores atraíam os viajantes e tropeiros, dispondo-lhes de ranchos onde

pousassem, mantimentos gratuitos para os tropeiros e pasto para os animais (PRADO JR, 1994). Essas roças, vendas e estalagens já eram constatadas pelo jesuíta italiano Antonil, que descreveu os caminhos dos paulistas e fluminenses de roça em roça até chegar ao Rio das Mortes (região de São João Del Rey) e à Vila Rica (ANTONIL, 1982).

Mesmo assim, para Prado Jr., a região de Paty do Alferes, São João Marcos e Resende era “ralamente” povoada e até o último quartel do séc. XVIII, infestada de tribos hostis que só foram dominadas no governo do Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa (PRADO JR, 1994). Para o historiador Oliveira Viana, o povoamento era muito escasso. Resende, Barra Mansa e Paraíba do Sul ou eram simples pousos de tropeiros, em caminhos das Minas ou de São Paulo, ou arraiais insignificantes insulados no sertão (REIS, 1992).

Entretanto, a ocupação da região foi rápida e intensa, principalmente a partir da vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro. O Rio sempre sofria com a escassez de alimentos, porém tal fato foi agravado com a vinda da Corte portuguesa, quando houve grande aumento populacional, pois, além do número de portugueses que vieram fugindo de Napoleão, teve ainda acrescidos outros tantos devido à revogação da legislação que proibia a presença de estrangeiros na colônia por D. João, o que permitiu a chegada de centenas deles, como franceses, ingleses, alemães, italianos, suíços, norte-americanos, suecos, holandeses, irlandeses, austríacos, dinamarqueses e escoceses. Eram 4.234 pessoas, somadas a 24.000 portugueses, o que aumentava a demanda por abastecimento de gêneros de subsistência (REIS, 1992). O problema de abastecimento do Rio acabou despertando o interesse dos agricultores, aumentando o fluxo de pessoas entre a região produtora de gêneros alimentícios do Sul de Minas e a Corte.

É certo que o exaurimento das jazidas auríferas provocou grande mobilidade da população da região sudeste do Brasil que procurava por novas fontes de renda e sobrevivência. Uma parte dos “generalistas” fluíram para o sul de Minas Gerais, em direção à serra da Mantiqueira, com o objetivo de produzir alimentos para abastecer o mercado do Rio de Janeiro. Esta corrente se encontrou com outras duas: uma proveniente de São Paulo, que percorria o vale do rio Paraíba, pela estrada de São Paulo e outra do Rio de Janeiro, pela Estrada Real das Boiadas. Essa região de confluência tinha, do início do século XIX, as vilas de Resende e São João Marcos como pequenos centros populacionais (MATTOS, 1994).

A cidade do Rio de Janeiro, com a vinda da Corte portuguesa, complexificou suas atividades que, além da comercial, também adquiriu a de sede administrativa e política do governo português e também financeira, com a criação do primeiro Banco do Brasil. Além dos grupos de estrangeiros que vieram com D. João ou a partir dele, a cidade ganhou uma importância econômica e política ímpar no Brasil, agregando todos os tipos que formavam a então “incipiente” classe senhorial brasileira. A esse respeito, afirma Ilmar de Mattos: “Mais do que nunca, a cidade tornava-se ponto de encontro de burocratas e militares, de negociantes e capitalistas, de nobres e delegações diplomáticas; a todos eles logo se agregariam os plantadores escravistas” (MATTOS, 1994).

Tal situação levou à política joanina de integração do “Sul”, com a abertura de estradas e ataques aos índios botocudos para escoar a produção de alimentos para a “Nova Lisboa”.

A região do curso médio do Vale do Paraíba formou-se então pela confluência de movimentos migratórios vindos do Sul de Minas, do vale paraibano paulista, como também da cidade do Rio de Janeiro e que subia a serra, todos envolvidos na produção de alimentos a serem exportados para o Rio de Janeiro (PRADO JR, 1994). Sua força econômica chegou a ser tão grande que se cogitou, em 1829, da formação de uma província separada das anteriores citadas, que seria formada por Resende, Valença, Parati, São João Marcos (São João do Príncipe) e Ilha Grande, da província fluminense; Campanha e Baependi, da mineira; e Bananal, Areias, Cunha e Guaratinguetá, da paulista (PRADO JR, 1994 e MATTOS, 1994).

Buscando regularizar o abastecimento da Corte, a política joanina para o Vale do Paraíba Fluminense foi a de concentração maciça de sesmarias nas mãos de poucos, geralmente altos funcionários da Corte, grandes comerciantes ou pessoas próximas a estes, o que se tornou uma das condições para a expansão cafeeira, incentivada pelo próprio príncipe regente. Muitos comerciantes portugueses que vieram com D. João haviam perdido o papel de intermediários do comércio do Brasil e, pressionados pela concorrência inglesa no comércio na Corte, uniram-se às grandes famílias rurais da região com vistas à transmutarem-se para o ramo da produção (DIAS, 1972). Outros grupos familiares que se aproximavam da Corte através da prestação de serviços ao Estado também recebiam vastas terras na região, como ocorreu com famílias mineiras.



A lavoura cafeeira sofreu um grande impulso após a chegada da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808. Dom João privilegiou elementos da burocracia governamental e comerciantes, concedendo uma verdadeira enxurrada de sesmarias com o objetivo de ocupar as terras próximas à capital. Também antigos mineradores, com suas mulas e escravos, se estabeleceram na região, às margens dos velhos caminhos do ouro que ligavam o Rio de Janeiro às minas. Fixaram-se, ainda, no Vale, indivíduos ligados ao setor mercantil de gêneros alimentícios e de animais que, originários de Minas Gerais, comercializavam com a Corte. Esses fatores internos aliaram-se à conjuntura internacional, favorável às exportações agrícolas brasileiras do século XVIII e início do XIX (NEVES e MACHADO, 1999, p. 145 e 146).

Desde D. João havia a prática de que a construção do Império brasileiro se dava a partir de serviços e recursos prestados por particulares, devido ao raquitismo do Estado ainda em construção, em troca de benefícios materiais e titulação nobiliárquica (que abria portas e ascensão hierárquica). Esta classe foi formada por burocratas e negociantes que se transformaram em grandes proprietários em sua aproximação com a Corte, como também de grupos nativos de grande cabedal conseguido com o comércio de abastecimento da mesma Corte e da cidade do Rio de Janeiro, tudo por meio de alianças matrimoniais e da nobilitação que garantia o acesso ao clube da elite. Esta foi a gênese da classe senhorial brasileira (MATTOS, 1994). “O Rei dava terras sem conta nem medida aos homens a quem imaginava dever serviços” (DIAS, 1972).

Alguns autores identificam, no processo de interiorização da Metrópole, como descrito pela professora Maria Odila (DIAS, 1972), o que parece ser uma geopolítica (BECKER, 2005) dos governos de D João, D Pedro e Regências para incentivar o povoamento e a colonização da região do Vale do Paraíba, com vistas a obter uma classe social econômica e politicamente importante para servir como base política a seus governos. Lenharo e Ilmar Mattos (LENHARO, 1993 e MATTOS, 1994) afirmam a existência de uma política joanina de integração do Centro-Sul, com farta distribuição de sesmarias, levada adiante por D. Pedro I, bem como de títulos nobiliárquicos, na região em foco, numa “preferência visível”, segundo Reis (1992), pelos cafeicultores fluminenses. Formou-se aí parte da nobreza que apoiaria a gestão de D Pedro I e, mais tarde, a que viria a integrar a aristocracia do Segundo Reinado. O historiador Neil Macaulay (MACAULAY, 1986) também afirma o interesse de D João em distribuir sesmarias na região do Vale do Paraíba para pessoas próximas a ele ou que

lhe tinha prestado serviços. Outro historiador do período, Jurandir Malerba (MALERBA, 2000), ainda reporta para o fato de D João ter empregado verdadeira guerra contra os indígenas que ocupavam a região entre Minas e o Rio, para possibilitar sua ocupação. Além disso, também lembram os autores acima citados a respeito do interesse de D João em incentivar a cultura do café na região do Rio e serra acima ao distribuir, entre seus mais próximos, sementes da planta vindas de Moçambique, orientando-os a obter-lhes mudas e então transformá-las em lavouras (MATTOS, 1994). Lenharo (1993) também destaca que a Regência incentivou o povoamento e a concentração de terras no Centro-Sul, pré-requisitos para a economia cafeeira. Podemos comprovar o esforço na ocupação do Vale por estes governos se nos reportarmos para as datas de fundação das principais vilas da região: São João do Príncipe (1811), Pati do Alferes (1820) – que passa a ser freguesia de Vassouras em 1833 - Valença (1823), Barra Mansa (1832), Vassouras (1833), Piraí (1838). A exceção foi Resende (1801), que já era importante centro criador de gado para o Rio e ponto de encontro dos caminhos entre as capitanias do Rio, São Paulo e Minas Gerais por volta de fins do século XVIII, mas que se torna o primeiro ponto de cultivo e difusão do café nessa região. A fundação de vilas provavelmente seria importante para abrir novos cargos públicos que pudessem viabilizar as lideranças políticas locais, que viriam dar apoio ao governo central, bem como os privilégios concernentes a esses cargos.

A criação de Pati do Alferes teria beneficiado as famílias Ribeiro Avellar e Werneck, pioneiros na ocupação da região desde o século XVIII, quando da fundação da sesmaria do Pau Grande (MUAZE, 2012). Como visto acima, Pati do Alferes foi assimilada pela fundação da vila de Vassouras, em franca prosperidade econômica com a produção do café. Este acontecimento ocorreu devido aos interesses de outras famílias que se tornaram também muito importantes na região durante o século XIX, a Teixeira Leite e a Correa e Castro. Para tal, contaram mesmo com o apoio dos Ribeiro Avellar e dos Werneck que teriam querido esvaziar politicamente um rival político, Manoel Francisco Xavier (MUAZE, 2012), proprietário da Roça do Alferes, onde se estabelecera, em 1816, a então freguesia da Nossa Senhora da Conceição da Roça do Alferes.

A vila de Vassouras foi fundada nas terras de Francisco José Teixeira Leite, Barão de Vassouras, próximas da Estrada da Polícia. A Guarda Nacional tinha o comando de Laureano Correa e Castro, Barão de Campo Belo. A prosperidade da vila

se deu não apenas pelo café, mas também pelo envolvimento de seus fazendeiros com o comércio e casas comissárias, que intermediavam o comércio com a Corte e emprestavam dinheiro aos cafeicultores da região, como o caso da firma Teixeira Leite e Sobrinhos, do Barão de Vassouras e o Banco Commercial e Agrícola, de João Evangelista Teixeira Leite.

Valença também foi fundada com a participação das famílias Ribeiro Avellar e Werneck, quando seus membros, Ignácio de Souza Werneck e o padre Manoel Gomes Leal (ambos da família Werneck) e José Rodrigues da Cruz (família Ribeiro de Avellar) foram nomeados pelo vice-rei para civilizar e aldear os índios coroados da região (aldeia da Nossa Senhora da Glória de Valença). Destacou-se neste município também a família Nogueira da Gama (MUAZE, 2012). A família Werneck era oriunda de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo (atual Barbacena). A família Ribeiro Avellar procedia de Portugal, quando vieram para o Brasil trabalhar no comércio de grosso trato, sendo que José Rodrigues da Cruz recebera a sesmaria de Ubá.

Outra família importante na região foi a Teixeira Leite. Custódio Ferreira Leite, futuro Barão de Ayuruoca, fundou Barra Mansa juntamente com seu irmão Manoel. Seus outros irmãos, Floriano estabeleceu-se em Valença e Anastácio, em Conservatória. Para Piraí e Vassouras o barão levava seu cunhado, Francisco José Teixeira (futuro Barão de Itambé) e seus sobrinhos, José Eugênio, Joaquim José e Francisco José Teixeira Leite (futuro Barão de Vassouras) (MUAZE, 2012).

A família Breves, por sua vez, teve destaque nos municípios de São João do Príncipe e Santana do Piraí, ajudando a fundar esta última (MUAZE, 2012).

São João Marcos (depois São João do Príncipe), foi fundada a beira do Caminho de São Paulo, quando o governo doou sesmarias na região para que seus proprietários cultivassem a terra por onde passava a estrada e auxiliassem em sua construção. Como ponto de passagem, produzia, além do café, milho, arroz, feijão e farinha para atender seja a Corte, seja aos tropeiros e viajantes que por ali passavam (LAMEGO, 1963).

Santana do Piraí também se beneficiou do Caminho de São Paulo, sendo a primeira região serrana desta estrada. Com o rápido crescimento da produção do café na serra, torna-se vila e se separa de São João Príncipe. As importantes famílias dos Breves, dos Moraes e dos Monteiro de Barros ali se estabeleceram.

## A fundação de Barra Mansa

Na localidade onde hoje se situam os municípios de Resende, Rio Claro e Barra Mansa, em meados do século XVIII, desenvolveu-se a pecuária e a cana de açúcar, principalmente para abastecer o Rio de Janeiro. Surgiram os primeiros povoados, na região onde se estabelecera, em 1744, o bandeirante Simão da Cunha Gago, coronel paulista que provinha da região da lagoa denominada Aiuruoca, onde procurava por ouro, e em local conhecido dos índios puris como Timburibá (nome indígena dado a uma espécie arborífera) e que irão formar, em 1747, a paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre da Paraíba Nova. No Brasil, paróquia ou freguesia (da expressão latina *fillius ecclesiae*, filho da igreja), como na tradição portuguesa, era a menor divisão administrativa tanto civil quanto eclesiástica. Tal se dava devido ao direito do padroado, que unia a Coroa portuguesa à Igreja Católica. Além disso, a religião era o elemento agregador populacional e suporte da disseminação da civilização ocidental pelos sertões considerados “selvagens”. Sua igreja matriz não tardaria a surgir, já em 1752 (LAMEGO, 1963). Entretanto, apenas com o declínio do ouro nas Minas Gerais é que a região começou a se desenvolver. Muitos mineiros começaram a afluir para o local, apossando-se de terras devolutas, para trabalhar na agricultura. Nesta época tem início o cultivo do café que, por volta de 1770, foi trazido do Rio de Janeiro pelo padre Antônio do Couto Fonseca para serem plantadas suas primeiras mudas no vale do Paraíba do Sul (LAMEGO, 1963).

Desta forma, com cerca de 500 fogos (casas) e 4 mil habitantes (WHATELY, 1987), em 1801, é criada em seu lugar a primeira vila desta região, agora com o nome de Resende, em homenagem ao conde de Resende, o então vice-rei D. José Luís de Castro, pelo Coronel Fernando Dias Paes Leme, neto de Garcia Paes e bisneto do “Caçador de Esmeraldas”, o bandeirante Fernão Dias Paes. O território de Resende, então, abrangia também os territórios de Barra Mansa e São João Marcos (atual Rio Claro).

Por volta de 1820, Resende tinha uma razoável produção voltada para o abastecimento do Rio de Janeiro, destacando-se engenhos, plantações de cana, café, milho, feijão, arroz e uma forte pecuária, de fornecimento de carne preferível a do gado vacum trazido de São Paulo e Minas Gerais, mais distantes.

Em 1765, uma sesmária foi concedida pelo então Vice-Rei Conde da Cunha, durante o reinado de D. José I, a Francisco Gonçalves de Carvalho, nas proximidades do rio então conhecido como Barra Seca (depois rio Barra Mansa). Nela Gonçalves de Carvalho criava gado bovino e produzia milho, leite, mandioca e anil. A sede servia como estalagem para os tropeiros. Esta sesmária, e depois fazenda, era chamada de Posse. Com o tempo, neste local principiou a formar um núcleo de população urbana em torno de um engenho. Em 1800, esta fazenda pertencia ao sargento-mor das tropas de milícias José Pereira da Cruz que construiu, como marco civilizatório, uma capela em homenagem a São Sebastião. Com o crescimento populacional (por volta de 1.800 habitantes e 360 fogos) percorrendo as margens do rio Paraíba do Sul, bem como da estrada geral, que passava pela localidade e levava a Angra dos Reis, e animando a região, em 1820, o coronel Custódio Ferreira Leite se estabeleceu na localidade, onde concentrara terras, provavelmente através do recebimento de sesmarias (FRIDMAN, 2008). Provindo de São João Del Rey, onde fora importante comerciante e minerador (MUAZE, 2012), Ferreira Leite construiu outra capela também dedicada a São Sebastião, para seguir a tradição local, em frente à sede de sua fazenda e à beira daquela estrada, nas terras doadas pelo também coronel Manoel Marcondes do Amaral (ATHAYDE, 1960), este provindo da província de São Paulo, provavelmente da região de São José dos Campos ou Pindamonhangaba. Ferreira Leite, líder da presença da família Teixeira Leite na região do Vale do Paraíba Fluminense, mais tarde, em 1855, recebeu o posto nobiliárquico de Barão de Aiuruoca, palavra que em tupi significa *casa dos papagaios*, de D. Pedro II, pois antes de se converter num dos primeiros cafeicultores de Mar de Espanha, dedicou-se ao serviço de obras públicas, como estradas – fora contratado por D. João VI, em 1816, para comandar a abertura da Estrada da Polícia na região (MUAZE, 2012) – pontes, igrejas, além de ter contribuído para o desenvolvimento da região fluminense.

Com o constante crescimento populacional (próximo a 2.200 habitantes e 440 fogos), o desejo de autonomia também cresceu entre as lideranças locais, como o agora capitão-mor Custódio Ferreira Leite, o padre Manoel José de Castro, o capitão Antônio Marcondes do Amaral, como também o padre José Britualdo de Melo e o capitão João Pereira da Cruz, entre outros. Ferreira Leite, para facilitar o povoamento urbano e a elevação da localidade à vila, doou 10 mil braças quadradas de terras, sendo por isso considerado o fundador da cidade. Com a elevação à categoria de vila, ficaria ao encargo

da Câmara a administração dessas terras, bem como sua distribuição a quem nelas quisesse construir suas casas.

O requerimento de elevação à vila foi aprovado pela Assembleia Geral do Império e sancionado pela Regência Trina Permanente, eleita pela Assembleia Geral e composta pelos deputados Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Braúlio Muniz, sendo ainda oficializado pelo Ministro de Estado dos Negócios do Império, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que também governava a província do Rio de Janeiro, em 3 de outubro de 1832. Como se sabe, a Regência governava o país após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, em favor de seu filho D. Pedro de Alcântara, que não podia governar enquanto fosse menor de idade. A resolução aprovada determinava os limites da nova vila, bem como a constituição de uma Câmara Municipal, 2 juízes ordinários, 1 juiz de órfãos, 1 inquiridor, 2 tabeliães e demais oficiais de justiça que fossem necessários. Todas essas funções se realizavam na Câmara, que foi instalada provisoriamente em um cômodo de uma das casas de propriedade do capitão João Pereira da Cruz, que por sua vez estava cedida a um francês (ALMEIDA, 1992). O prédio definitivo da Câmara (Palácio Barão de Guapi) somente ficou pronto em 1861.

Os mandatários da primeira vereança de Barra Mansa, entre 1833 e 1837, foram: Domiciano de Oliveira Arruda (presidente da Câmara por ter sido o vereador mais votado), José de Sousa Breves, Padre José Britualdo de Melo, José Bento Ferreira da Silva Guimarães, Joaquim Gomes de Sousa, Manuel de Sousa Azevedo e João Pereira da Cruz.

O território que formou o município de Barra Mansa foi desmembrado dos municípios de Resende, Valença e São João do Príncipe (antigo São João Marcos).

## Conclusão

Barra Mansa e o Vale do Paraíba Fluminense foram povoados a partir das estradas que levavam o ouro das Minas Gerais para o litoral sudeste, principalmente o porto do Rio de Janeiro, e os produtos importados por este porto para o abastecimento da região aurífera. Após a chegada da Corte portuguesa em fuga das tropas napoleônicas, a necessidade de abastecimento da população da cidade do Rio de Janeiro,

que em muito aumentara, levava o príncipe a incentivar a criação de novas regiões abastecedoras. O capital antes empregado na extração de ouro, agora em declínio, passara a ser investido na produção de gêneros alimentícios. Novas estradas foram abertas para escoar essa produção, o que contribuiu para o povoamento da região acima destacada.

## Referências

ALMEIDA, A. F. de. **Barra Mansa, Memória Comemorativa do Primeiro Centenário**. 2 ed. Volta Redonda: Gazetinha, 1992.

ANTONIL, A. J. **Cultura e Opulência do Brasil**. Itatiaia Editora. Belo Horizonte, 1982.

ATHAYDE, J. B. **A Igreja de Matriz de São Sebastião de Barra Mansa**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1960.

BECKER, B. Geopolítica da Amazônia, in *SCIELO - Estudos avançados*, v.19, nº 53, São Paulo, Jan./Apr. 2005.

DIAS, M. O. L. das S. **A Interiorização da Metrópole: 1808-1853**, in MOTA, C. G. (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p. 164.

FRIDMAN, F., As Cidades e o Café, in **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 4, n. 3 (número especial), p. 27 a 48, ago/2008, Taubaté, SP, Brasil.

LAMEGO, A. R. **O Homem e a Serra**. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842**. 2.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993.

MACAULAY, N. **Dom Pedro I. A Luta pela Liberdade no Brasil e em Portugal (1798-1834)**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

MACHADO, H. F. **Escravos, Senhores e Café**. A Crise da Cafeicultura Escravista do Vale do Paraíba Fluminense: 1860-1888. Niterói: Cromos, 1993.

MALERBA, J. **A corte no exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MATTOS, I. R. de. **O Tempo Saquarema**. A Formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

MOTA, C. G. (org.). **1822: Dimensões**. São Paulo, Perspectiva, 1972.

MUAZE, M. **O Vale do Paraíba Fluminense e a Dinâmica Imperial**, p. 302. Disponível em [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?page\\_id=8](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?page_id=8). Acesso em 07/09/2012.

NEVES, L. M. B. P. das. MACHADO, H. F. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REIS, A C F. A Província do Rio de Janeiro e o Município Neutro, in FAUSTO, B. e HOLANDA, S. B. de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol. 4. O Brasil Monárquico: Dispersão e Unidade. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992.

SAINT-HILAIRE, A. **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo**. São Paulo: Edusp, 1982, p. 23. Cf. também COSTA, M. V. da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: UNESP, 1998.

WHATELY, M. C. **O Café em Resende no Século XIX**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.